

Moçambique: impasse na Multipartidária

Para surpresa de todos, a Multipartidária moçambicana não ultrapassou o impasse de há um mês e a Presidência do Fórum suspendeu a semana passada o encontro «sine die».

O presidente da Multipartidária e ministro da Justiça de Moçambique, Ussu-mané Aly Dauto, retirou-se do local, alegadamente num gesto contra uma «atitude de força» de parte da oposição, que exigia uma reunião plenária.

A ruptura na «Multipartidária» ocorreu quando a delegação da Renamo e do chamado «Grupo dos 12 Menos Quatro» rejeitou uma reunião à porta fechada com o ministro e delegações da FUMO, Monamo, PCN e FAP, conforme havia sido acordado informalmente.

A metodologia da reunião do Governo com os partidos políticos para a consulta e debate do anteprojecto de Lei Eleitoral, aceite dia 26 de Julho pelas partes, refere que os «debates decorrerão em sessões plenárias».

«O Governo está interessado em discutir (a Lei Eleitoral) e logo que os partidos estiverem preparados para a retomada dos trabalhos poderão contactar-me no meu gabinete», disse o ministro da Justiça de Moçambique.

O chefe da delegação da Renamo na Multipartidária, José de Castro, disse que não aceitará mais encontros à porta fechada porque há fortes contradições en-

tre o que se passa na sala e as declarações que são feitas à Imprensa, comprometendo o seu movimento.

O porta-voz interino do «Grupo dos 12 Menos Quatro» e líder do Partido Liberal de Moçambique (Palmo) classificou a atitude de ministro de «antidemocrática», com o objectivo de protelar a realização das eleições no prazo determinado.

Porta-vozes do Monamo, da FUMO e do PCN lamentaram igualmente a atitude do ministro ao abandonar «sem dar nenhuma satisfação» aos chefes das delegações dos partidos presentes ao encontro.

«Foi uma derrota para a democracia em Moçambique» — disse o secretário-geral da Monamo, Máximo Dias, visivelmente aborrecido com a ruptura registada na Multipartidária.

O chefe da delegação do partido governamental, Frelimo, Alcido Nguenha, responsabilizou a Renamo e o «Grupo dos 12 Menos Quatro» pelo malogro da reunião.

A nova «derrapagem» do processo ocorreu quando a oposição devia apresentar os seus comentários sobre uma proposta colocada na mesa em privado pelo Governo, que sugeria uma Comissão Nacional Eleitoral (CNE), composta por 21 membros.

A nova proposta do Governo de Maputo propõe dez elementos do Executivo, sete da Renamo, três da oposição não-armada e uma personalidade independente.

Segundo a mesma proposta do Governo, à personalidade independente, a ser designada pelo presidente da República, caberia a presidência daquele corpo-chave de decisão.

O presidente da CNE sairia de um total de cinco dignitários considerados politicamente neutros, propostos pela Comissão Nacional Eleitoral.